



Associação de Proprietários da AIGP da Travessa

Email de contacto: ardaserra.aigptravessa@gmail.com

ANÁLISE TÉCNICA DA PROPOSTA DE OIGP DA TRAVESSA

A. CONTEÚDO DO DOCUMENTO

I. ORIENTAÇÕES PARA O PROJETO DE PAISAGEM

Cumpre na generalidade as orientações previstas na elaboração das OIGPs, nomeadamente:

Definição do modelo de paisagem, com as respetivas estruturas de paisagem bem definidas:

a) Estrutura Ecológica (Sistema Húmido, Sistema Seco e Reserva Ecológica Nacional).

Não consta do trabalho o levantamento de eventuais áreas de vegetação natural de especial relevância para a conservação da natureza, fundamentais para a estrutura ecológica e, consequentemente para as ações de valorização / reconversão a implementar.

Recomenda-se que esta situação seja acautelada futuramente – Identificação de eventuais áreas com estatuto de classificação/conservação e elevada biodiversidade tanto de fauna como de flora.

b) Estrutura de Resiliência aos fogos rurais, garantindo a criação de descontinuidades na paisagem e a redução da velocidade e intensidade dos fogos, associada a faixas de gestão de combustível e áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível.

Nas Estruturas da Paisagem, privilegiam-se espécies e tipos de vegetação que garantem funções ecológicas e redução da vulnerabilidade ao fogo propondo-se medidas específicas de gestão de combustível na estrutura vertical e horizontal da vegetação e modelos adequados de silvicultura.

Constata-se que estrutura de resiliência foi definida em articulação com os instrumentos de gestão integrada de fogos rurais

O QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS – Anexo 6 – Redes de Defesa estabelece o seguinte:

- a) Faixa de redução de combustível (FRC) – A gestão desta faixa deve cumprir os critérios do disposto no manual de execução da RP, ou em alternativa deverá ser proposta uma alteração de ocupação, de acordo com as normas de usos compatíveis em estreita articulação com os pontos focais do ICNF para a matéria.
- b) Faixa de interrupção de combustível (FIC) – remoção total dos combustíveis, com identificação das operações e custos associados de acordo com a tabela da OT. Na POSP a ocupação desta UI deverá ser classificada com o código 7.1.3.1 Vegetação esparsa.
- c) A instalação da FIC ou a manutenção da FRC, deverá constituir-se **como duas UI com a respetiva calendarização e identificação das operações silvícolas associadas às UI, e respetivos custos de acordo com a tabela da OT, à semelhança das restantes UI.**
- d) *Devem as EG prever a gestão de combustível ou em alternativa um uso compatível, de acordo com as operações adequadas e previstas na tabela de custos fornecida para apoio à elaboração da OIGP.*

Duas notas relativamente ao capítulo anterior:

a) Neste ponto sugere-se que, **sempre que tecnicamente possível**, se implemente uma estratégia de gestão das FGC bem diferente daquela que tem sido geralmente implementada no país – remoção total ou parcial da biomassa, com custos muito elevados em sucessivos anos e, infelizmente, com resultados muito abaixo do esperado.

b) Dos três fatores que influenciam fortemente os incêndios rurais – clima e meteorologia, topografia e vegetação, o único que podemos influenciar (positiva ou negativamente) é a **vegetação**.

Assim, recomenda-se que sempre que tecnicamente possível as FGC/ FRC tenham ocupações do solo com culturas pouco favoráveis à propagação de incêndios - áreas associadas a agricultura ou sistemas agro-silvo-pastoris com um conjunto de espécies e variedades mais resilientes aos incêndios rurais, de combustibilidade mais baixa – “Faixas Verdes”, constituídas por mosaicos de vegetação dinâmicos, adaptados às condições edafoclimáticas predominantes.

Assim, propõe-se que se estude a possibilidade técnica (validada em trabalho de campo) de implementar as seguintes formas de gestão das FGC – Faixa de Redução de Combustível (FRC)

- a) ***FGC / FRC tipo 1 (Declives > 25 %) – prados de sequeiro, com introdução de pecuária extensiva***
- b) ***FGC / FRC tipo 2 (Declives < 25 %) – mosaico cultural constituído por oliveiras, amendoeiras, medronheiros e outras espécies a selecionar, adotando-se, sempre que possível, a técnica de “cobertura do solo”***

Esta abordagem é feita nas págs. 15 e 16 no Documento – Proposta de OIGP da Travessa, mas de uma forma incipiente.

No que respeita aos Usos e Ocupações do Solo, incluindo as Estruturas de Paisagem o documento dá resposta os objetivos pretendidos, com exceção de dois :

- ***Identificação e valorização de áreas de grande valor natural*** - informação praticamente inexistente;

- ***Outros aspetos particulares e identitários da paisagem*** – informação residual

Recomenda-se que esta situação possa ser ultrapassada até à implementação do projeto, quer pela importância de que se reveste para as operações previstas no plano de ação, quer para o desenvolvimento do projeto visto de uma forma mais abrangente e consistente.

II. CONTEUDO MATERIAL E DOCUMENTAL DA OIGP

A. Transformação e Valorização da Paisagem

Projeto da paisagem futura - Território de Oportunidades

O desenho da nova paisagem tem de garantir que o carácter e os elementos identitários que caracterizam cada unidade de intervenção continuarão a ser referências na paisagem futura, salvaguardando a memória das gerações passadas, mas capaz de evoluir aliando a tradição à inovação.

Planta da ocupação do solo atual (POSA) - Cumprir com as orientações previstas no QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.

No entanto, tendo em conta a dimensão reduzida da área afeta à agricultura, ***sugere-se que numa fase posterior se aumente o nível de detalhe das seguintes nomenclaturas (nível de desagregação 4) :***

- Agricultura com Espaços Naturais e Semi-Naturais;
- Mosaicos Culturais e Parcelares Complexos;
- Culturas temporárias e / ou pastagens melhoradas associadas a olival
- Pomares
- Olivais

Tem-se constatado um desfazamento entre a ocupação cultural em cartografia e a realidade, pelo que se recomenda numa fase posterior trabalho de campo para validar essas e outras situações

Planta da ocupação do solo proposta (POSP) - Cumprir com as orientações previstas no QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.

No entanto, tendo em conta a dimensão reduzida da área afeta à agricultura ***sugere-se que numa fase posterior se aumente o nível de detalhe das seguintes nomenclaturas (nível de desagregação 4):***

- Agricultura com Espaços Naturais e Semi-Naturais;
- Mosaicos Culturais e Parcelares Complexos;
- Culturas temporárias e / ou pastagens melhoradas associadas a olival
- Pomares
- Olivais
- Vinha
- Pastagens Melhoradas

São identificados alguns **Elementos Estruturais** importantes para os objetivos de transformação e gestão da paisagem.

No entanto, recomenda-se que seja efetuada numa fase posterior uma identificação mais pormenorizada de um conjunto de elementos patrimoniais que fazem parte da paisagem e da identidade deste território, na perspetiva da valorização e da sua promoção multifuncional, salvaguardando as características das construções existentes, tendo em especial atenção a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem rural, a volumetria e os materiais típicos da Região:

- Adegas
- Currais
- Moinhos
- Fornos Comunitários
- Regadios Tradicionais (captação e distribuição)
- Aglomerados populacionais / Aldeias Tradicionais
- Muros e Socalcos

Para além de constituírem valores patrimoniais fundamentais para a identidade de um território, os muros / muretes e os socalcos fazem parte de um conjunto de elementos paisagísticos importantes para biodiversidade, potenciando os múltiplos serviços que a natureza nos presta, como sejam a prevenção da erosão, a fertilidade dos solos, a disponibilidade e qualidade da água e, assim, contribuindo para a produtividade agrícola.

Estão previstos alguns investimentos em elementos estruturais em várias UI.

Contudo, recomenda-se numa fase posterior o reforço dos apoios financeiros através de outros programas de financiamento nacional e / ou comunitário para a requalificação de vários elementos estruturais (com interesse patrimonial) existentes na área da OIGP, com especial enfoque na requalificação das aldeias tradicionais.

Matriz de transformação da paisagem

A Tabela A.1.1. da pág. 16 cumpre na íntegra as orientações previstas no QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.

Fundamentação das soluções adotadas na proposta

Análise do Documento – Orientações constantes do Anexo 2 (Conteúdo do Relatório de Fundamentação) ao QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.

1. Breve descrição da situação atual do território , nas suas várias componentes com interesse direto para os objetivos de transformação e gestão da paisagem , incluindo cartografia ilustrativa

ELEMENTOS EM FALTA OU COM POUCA INFORMAÇÃO:

a) Caraterísticas biofísicas e edafoclimáticas – tal como o referido na pág.01 do presente parecer, não é feita qualquer referência à flora e fauna , **pelo que se recomenda que numa fase posterior seja feito este levantamento essencial à proteção, valorização e promoção dos valores ambientais da área da OIGP**

b) Outros riscos e vulnerabilidades – não é feita qualquer referência a pragas, habitats e espécies ameaçadas, parâmetros climáticos extremos (geada) e instabilidade de vertentes (tipologia da REN), **pelo que se recomenda que numa fase posterior sejam considerados estes dados fundamentais para:**

b.1.) Investimentos em futuras candidaturas (controle de doenças e pragas; combate a fenómenos de erosão; recuperação de habitats e espécies ameaçadas) - PEPAC2030; Programa LIFE; Fundo Ambiental

b.2.) Instalação de culturas permanentes (localização e seleção de espécies e variedades mais resistentes a geadas tardias)

c) Estrutura Fundiária – A Figura A.2.17. – Mapa da estrutura fundiária - não tem legenda que nos permita analisar a distribuição da estrutura fundiária da propriedade na área da OIGP, **pelo que se recomenda que se complete a figura**

d) Estrutura Organizativa – A listagem encontra-se incompleta (exemplos de duas Organizações de Produtores não referenciadas - PAMPIMEL – Cooperativa de Apicultores e Produtores de Medronho de Pampilhosa da Serra e Cooperativa Agrícola dos Produtores de Azeite de Maria Gomes), **pelo que se recomenda a atualização da listagem , aspeto essencial na definição e seleção dos stakeholders, que se pretende que tenham um papel decisivo na transformação da paisagem e na dinamização económica do território**

e) Socio economia relevante para a valorização e revitalização territorial

Tendo em conta o número reduzido de produtores agrícolas e florestais de explorações com dimensão relevante para o território em causa, ***parece-nos oportuno que se efetue o respetivo levantamento / diagnóstico***, que poderá e deverá ser alargado aos Operadores Económicos da fileira florestal, turismo (alojamento e empresas de animação turística) , empresas de serviços agroflorestais, sector agroalimentar, artesanato.

Estes produtores agrícolas e florestais bem como os operadores económicos deverão constituir-se como uma alavanca fundamental para o desenvolvimento económico do território quer seja para:

a.1) **Projetos** (candidaturas a apoios financeiros nacionais e comunitários – PEPAC 2030) de **melhoria e inovação tecnológica , maior rentabilidade económico-financeira das atividades já em funcionamento**, com o objetivo de aumentar a capacidade produtiva, resiliência e viabilidade económica das explorações agrícolas e florestais

a.2.) Replicar os bons exemplos a novos projetos no território e, assim, dinamizarem-se **novas economias rurais**;

a.3.) **Certificação** / reconhecimento de produtos distintos e de origem reconhecida

a.4.) Apostar na agregação de uma **Marca ao Território**

Como facilmente se poderá concluir, tendo em conta a dimensão territorial, existem um conjunto de projetos / objetivos que só são exequíveis se ganharem escala, quer seja de âmbito municipal quer mesmo de carater intermunicipal.

A OIGP da Travessa deverá ser entendida como o início de um projeto de referência mais amplo, com efeito replicador e dinamizador de outros projetos, assente na partilha de conhecimentos, quer na área de intervenção , quer em todo o concelho da Pampilhosa da Serra, quer mesmo em concelhos limítrofes dentro da CIM ou fora da CIM.

2. Explicitação das principais opções de transformação da paisagem e demonstração dos seus efeitos, sobre a resiliência do território aos risco , a melhoria dos serviços dos ecossistemas e a revitalização económica e desenvolvimento rural, no contexto das alterações climáticas

2.1. Valorização da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas

Através da análise espacial do provisionamento dos serviços de ecossistemas, verifica-se que os Serviços de Regulação e Manutenção / Polinização e dispersão de sementes – apresentam uma variação negativa.

Um dos fatores que poderá levar a esta variação negativa será a **redução da área de matos, pelo que se recomenda uma reavaliação da proposta no que à área de matos diz respeito, tendo em conta a sua importância para a manutenção dos ecossistemas – controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico, polinização (APICULTURA), manutenção de populações e habitats e espaços naturais que servem de refúgio para os animais selvagens (CINEGÉTICA)**

2.2. Equilíbrio do ciclo hidrológico e de maior eficiência no uso da água

Apesar de estarem considerados alguns investimentos no presente estudo, torna-se fundamental aprofundar este tema, nomeadamente :

- a) Necessidades hídricas das culturas, pecuária e fauna selvagem
- b) Disponibilidade da água de rega para as culturas, pecuária e fauna selvagem (quantidade e qualidade) e a sua utilização de uma forma mais eficiente;

2.3. Salva guarda dos valores patrimoniais, paisagísticos e outros valores culturais e identitários existentes ou potenciais

Para além do referido na pág. 04 do presente parecer – “elementos estruturais”, recomenda-se que numa fase posterior se aprofunde o tema dos Achados Arqueológicos (exploração de metais como chumbo, estanho, ferro e ouro) de modo a avaliar se pode constituir-se como um fator de atratividade e promoção do território.

2.4. Fomento da agricultura, da silvopastorícia e da cinegética, enquanto atividades económicas e com função de mosaico e diversificação da paisagem

Recomenda-se que se reforce / aprofunde no âmbito do presente estudo ou em fases posteriores as seguintes questões:

a) Apicultura

Apoio à modernização do setor através da promoção e da partilha de conhecimentos, nomeadamente a inovação e a digitalização na agricultura e nas zonas rurais, a contribuição para travar e inverter a perda de biodiversidade, **o incentivo à polinização (*)**, o reforço da orientação para o mercado e aumento da competitividade das explorações agrícolas, o melhoramento da resposta dada pela agricultura da União às exigências da sociedade no domínio da alimentação e da saúde.

() - “Iniciativa EU relativa aos polinizadores” – implementar um conjunto de ações que incentivem a polinização como um dos maiores e mais valiosos serviços invisíveis que a natureza disponibiliza gratuitamente de modo a contrariar o declínio dos polinizadores selvagens*

As regras nacionais complementares do domínio «B.2 - Programa Nacional para apoio ao setor da apicultura» do eixo «B - Abordagem sectorial integrada», estabelecidas pela Portaria n.º 54-G/2023, de 27 de fevereiro, preveem as seguintes Intervenções :

Assistência técnica aos apicultores e organizações de apicultores;

Luta contra a varroose;

Combate à Vespa velutina (vespa asiática);

Apoio à transumância;

Análises de qualidade do mel ou outros produtos apícolas;

Apoio à aquisição de rainhas autóctones selecionadas»;

Apoio a projetos de investigação aplicada;

Melhoria da qualidade dos produtos apícolas.

b) Implantação de Pomares de *Pomóideas* com variedades regionais (produção de maçãs de montanha) ;

c) Raças Autóctones de Pequenos Ruminantes;

d) Gestão do pastoreio;

e) Culturas tradicionais (cereais e leguminosas)

f) Modo de Produção Biológico.

2.5. Desenvolvimento do potencial das atividades económicas rurais de proximidade, promovendo e / ou reforçando a geração de valor

Recomenda-se que se reforce / aprofunde no âmbito do presente estudo ou em fases posteriores as seguintes questões:

a) Novas economias para o território, novos mercados diferenciados e de valor acrescentado

a.1.) Introdução do Conceito de Laboratório Vivo – PROJETOS PILOTO de investigação e experimentação (em articulação com a Academia, Produtores, Associações, Autarquias):

- Acompanhamento e monitorização das *superfícies não produtivas em regime de regeneração ecológica (prados melíferos biodiversos constituídos por flora espontânea e autóctone; lameiros; matos);*
- Incentivo à produção de **cogumelos** (plantação de folhosas – quercíneas inoculadas com micorrizas);
- Núcleo de produção de **plantas silvestres, aromáticas e medicinais;**
- Núcleo de produção de **cardo;**
- Aproveitamento do **bagaço de azeitona para indústria de cosmética;**
- Novos produtos da **fileira do medronho;**
- Obtenção de óleos essenciais de plantas como **folhas de esteva, eucalipto (a partir de folhas e ramos terminais), folhas de oliveira**
- **Produção de Frangos do Campo e de ovos de qualidade com raças autóctones**

b) Acrescentar valor aos produtos

- Implementação de pequenas **unidades de transformação**, utilizando técnicas tradicionais;
- Promoção e valorização da **gastronomia** ligada à produção agrícola local e ao património natural;
- **Certificação** dos produtos agrícolas e florestais (IG , DOP , PEFC/FSC)
- Implementar uma **marca, identitária**, associada a **Sistemas de Agricultura de Montanha – Produtos Certificados como “produtos de montanha”**, ligados à natureza, aos sabores ,à qualidade.
- Aproveitando a proposta da Comissão EU, dar os primeiros passos com vista à **certificação da remoção e captação do carbono na atmosfera para armazenamento permanente nos solos e biomassa e de utilização de azoto de uma forma eficiente** de um conjunto de produtos / atividades que se enquadrem na proposta de Regulamento EU.
- Certificação das explorações agrícolas com *Estatuto de Agricultura Familiar (AF)* – Selo de Garantia **“Produto proveniente de AF sustentável “**

c) Promoção e valorização do Artesanato local (associativismo e certificação de 1-2 produtos a selecionar), Indústrias Criativas e Culturais

d) **Fabrico de pão** com variedades regionais de centeio e milho – conceito do **produtor –padeiro**

e) **Turismo** - Pretende-se um turismo sustentável, que assente a sua estratégia na valorização dos recursos locais, nos seus valores patrimoniais assentes na identidade, herança e legado (ambiente / natureza; paisagem associada ao mundo rural - pastoreio, cultivo e culturas tradicionais, olival tradicional -; cultura e tradições; património construído; gastronomia; recursos hídricos – Rio Zêzere -; história ; desportos natureza, etc.) que ajude a fixar população (fixação de talentos) e que dinamize a economia local .

O **Turismo de Natureza**, pela importância que tem para a promoção do território e dinamização da economia local , deve ter um papel central na proposta , nomeadamente na promoção de atividades como o Ecoturismo ; Turismo Ornitológico; Turismo Aventura (Construção de Bike Park); Turismo Rural ; Turismo Náutico ; Trilhos / Percursos Pedestres / Rotas Temáticas e Pequenas Estruturas de Observação da Paisagem .

f) **CIRCUITOS DE COMERCIALIZAÇÃO – Implementar Cadeias Curtas de Abastecimento (CCA) que cumpram os seguintes objetivos e ações :**

Objetivos:

- Dinamizar **circuitos comerciais de proximidade** de modo a valorizar as produções locais e aumentar o número de produtores;
- Promover o **contacto direto entre o produtor e o consumidor**, contribuindo para o escoamento da produção local, a preservação e valorização dos produtos locais e tradicionais, a diminuição do desperdício alimentar, a melhoria da dieta alimentar – *dieta mediterrânica* – através do acesso a produtos frescos, de época e de qualidade;
- Criação de **plataformas digitais** com vista à comercialização de produtos de qualidade, diferenciadores, para nichos de mercado específicos (aproveitar a diáspora em Lisboa)
- Criar condições para o surgimento de produtos que aliem a **tradição à inovação**

Ações :

- **Venda direta** na exploração;
- Loja **Online** / Plataformas associativas, comerciais e logísticas;
- **Mercado Local** de Produtores;
- **Loja Rural**;
- **Restauração**;
- **Restauração Coletiva** (IPSS ; Cantinas escolares)
- Realização de **workshops temáticos** – alimentos e alimentação saudável; consumo local e cadeias curtas; MPB ; gastronomia tradicional ;

- Criação de uma **marca registada** apelativa para as CCA – **Sabores da Pampilhosa**

- Criação de um **Programa de Apoio à valorização das “VENDAS / MERCEARIAS DAS ALDEIAS DA PAMPILHOSA”**, que comercializem simultaneamente os produtos agrícolas locais, o artesanato, a pequena restauração e desenvolvam / colaborem em atividades ligadas ao turismo;

g) Apoio à criação de Startups na área do desenvolvimento rural / territorial , enquadrados em novos modelos de negócios ligados ao mundo rural, ao ambiente, turismo, novas tecnologias, à biodiversidade , ecoinovação

h) Capacitação do território – apoio técnico permanente no terreno – extensão rural

A maioria das propostas apresentadas anteriormente só serão exequíveis se analisadas a uma escala municipal e / ou supramunicipal

3. A demonstração dos efeitos das opções tomadas na redução da vulnerabilidade do território aos fogos rurais, deve ter por base a caracterização do regime de fogo e sua casualidade, e a análise do risco na situação atual e perspetivas futuras face às alterações propostas

ELEMENTOS EM FALTA OU COM POUCA INFORMAÇÃO:

- Importância relativa e medidas de mitigação das diferentes causas de fogos rurais

- Iniciativas prevista de contingência (pré-supressão e mitigação),

Medidas e iniciativas previstas do Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais 20-30

Principais medidas que deveriam estar contempladas na OIGP :

a) Aprovar e executar e Condomínios de Aldeia / Aldeia e executar os CA das Aldeias de Vale Serrão e Lobatos / Lobatinhos já aprovados;

b) Implementar o Programa Aldeia Segura Pessoas Seguras em todas aldeias na área de intervenção da OIGP;

c) Construir Reservatórios de Água em todos os aglomerados populacionais para ajudar no combate aos incêndios rurais;

d) Eliminar acessos únicos a aglomerados populacionais, criando acessos alternativos;

e) Instalação de rede de sistemas de vigilância, monitorização e avaliação do estado vegetativo e sanitário dos povoamentos florestais e de fatores climáticos / meteorológicos com vista à prevenção de incêndios florestais.

4. Articulação da proposta com o quadro legal e regulamentar aplicável, bem como outros planos, programas e projetos, que abranjam a área de intervenção, efetuando a análise e enquadramento da proposta face às disposições aplicáveis e descrevendo as medidas de adequação e compatibilização

Cumprir com as Orientações constantes do Anexo 2 (Conteúdo do Relatório de Fundamentação) ao QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.

5. Identificação e descrição das ações de divulgação e de acompanhamento por parte da entidade gestora junto dos atores locais e proprietários

Recomenda-se o reforço das ações de divulgação e acompanhamento , bem como o registo das propriedades no BUPi

A. Programação da Execução

A.1. Unidades de Intervenção

Cumpra com as Orientações constantes do Anexo 2 (Conteúdo do Relatório de Fundamentação) ao QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS.

A.2.Exploração Florestal

No essencial concorda-se com o modelo de exploração florestal proposto que, no entanto, *poderá e deverá sofrer alguns ajustamentos na fase de projeto.*

Nas áreas florestais, os modelos de exploração asseguram o cumprimento das medidas previstas na lei, quer as relativas à silvicultura preventiva, quer as relativas às normas técnicas de instalação de povoamentos florestais, incluindo as aplicáveis à mobilização de solo, nomeadamente em áreas mais declivosas ou com elevado risco de erosão hídrica.

Os modelos de silvicultura utilizados estão de acordo com os modelos preconizados pelo PROF Centro Litoral e vão ao encontro aos objetivos da OIGP

Cumpra no essencial com as Orientações constantes do Anexo 2 (Conteúdo do Relatório de Fundamentação) ao QUADRO DE REFERÊNCIA DE APOIO À ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS, à exceção de:

- a) Nos anexos **disponíveis** não consta o Quadro T.4.4. – Outros Programas Relevantes (cinegética, recreio, biomassa, outros)

Importa esclarecer se é lapso ou se não está nada previsto neste âmbito

Neste capítulo três notas que nos parecem relevantes:

1. Matos - Tal como o referido anteriormente, recomenda-se uma reavaliação da proposta no que à área de matos diz respeito (*) , tendo em conta a sua importância para a manutenção dos ecossistemas – controlo de erosão e regulação do ciclo hidrológico , polinização (APICULTURA) , manutenção de populações e habitats e espaços naturais que servem de refúgio aos animais selvagens (CINEGÉTICA)

- (*) Área atual de matos (tojo, carqueja, urze e giesta) – 651,13 ha (1)
Área proposta de matos – 0 ha

(1) – 321,25 ha serão reconvertidos para agricultura e 329,87 ha serão reconvertidos para floresta

Pelo exposto, sugere-se que:

- a) Área (total ou parcial) a reconverter em floresta se mantenha como área de matos – 329,87 ha;
- b) Reconversão de áreas de matos (áreas com aptidão agrícola / áreas agrícolas inseridas na Reserva Agrícola Nacional) para agricultura em modo produção biológico- 321,25 ha.

2. Produção de Medronho

O aumento dos povoamentos de medronheiros poderá ser uma oportunidade para o desenvolvimento de novos produtos (para além da tradicional aguardente de medronho) que acrescentem valor e que possam constituir uma marca identitária do território.

Neste sentido, importa estabelecer um conjunto de parcerias com várias instituições, nomeadamente a Escola Superior Agrária de Coimbra (à semelhança do que aconteceu com o projeto de plantação da vinha na Aldeia do Trinhão) e com a Associação para a Promoção do Medronho (ARBUTUS) que já estão a trabalhar em projetos relacionados com Novos Produtos para a Fileira do Medronho, com destaque para:

- Novos Produtos Fermentados – Vinagre e Extração de Compostos Bioativos do Bagaço (utilizados na indústria de cosmética, farmacêutica, suplementos alimentares)

- Novos Produtos Não Fermentados – Fruto em Fresco (com excelente aceitação nos consumidores); Frutos Desidratados; Produção de Polpa para sumos, doces, geleias, indústria de panificação.

É nossa convicção que são projetos estratégicos como este que poderão ajudar a mudar a dinâmica económica e social de um território.

Este projeto deverá ser liderado pelo Município da Pampilhosa da Serra, a que se deverão associar os produtores de medronho e instituições como a FLORESTGAL a ESAC e Cooperativas ou Associações como a PAMPIMEL E ARBUTUS, bem como eventuais investidores privados.

3. Aproveitamento de biomassa, com o objetivo de melhorar a estrutura do solo e produção de energia

A.3. Silvopastorícia e Pecuária

Do nosso ponto de vista o estudo não dá a devida relevância a uma atividade tão importante para a valorização dos ecossistemas e economia local.

Trata-se, assim, de uma atividade a privilegiar no âmbito da presente OIGP.

É indiscutível a necessidade de aumentar a área de silvopastorícia e o efetivo animal, nomeadamente de pequenos ruminantes, fator determinante para a melhoria da paisagem, da fertilidade / conservação dos solos, sequestro de carbono, biodiversidade, modelação de ecossistemas, economia circular, para além das funções sociais e económicas (melhoria da qualidade de vida das populações locais e obtenção de produtos endógenos de qualidade).

Assim, a OIGP deverá prever um plano de recuperação de raças autóctones (prioridade aos pequenos ruminantes), de grande rusticidade, e de espécies e variedades forrageiras regionais, adaptadas às condições edafoclimáticas predominantes.

É fundamental garantir financiamento para cumprir este objetivo – **PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NACIONAL GENÉTICO**

Contudo, temos que ter consciência que existe um estrangulamento ao desenvolvimento desta atividade – recursos humanos

Aqui está um grande desafio para este plano, para a região e para o país – dar dignidade a uma profissão que cada vez mais exige mão-de-obra qualificada! Como fazê-lo? Com incentivos financeiros estáveis. Os pastores são verdadeiros guardiões da paisagem!

Propõe-se a criação de uma **Escola de Pastores**.

1. Pecuária extensiva (pequenos ruminantes)

Recomenda-se que se faça um levantamento / caracterização do:

- Nº Produtores;
- Nº Explorações Pecuárias;
- Efetivo pecuário;
- Construções e Equipamentos afetos à atividade;
- Regime de Pastoreio;
- Sistemas de Alimentação.

A atividade deverá ser desenvolvida em **modo de produção biológica**

Os animais deverão ser explorados na tripla função de carne, leite e lã.

Com o objetivo de acrescentar valor à produção, é fundamental o apoio técnico e financeiro para (além do previsto na listagem de investimentos) para:

- **Construções agro-pecuárias, no respeito pelas normas de higiene e sanidade animal;**
- **Equipamentos de ordenha (ordenhas móveis);**
- **Instalação de pequenas queijarias tradicionais para o fabrico de queijo, assente no método tradicional utilizando apenas como matérias-primas o leite, o cardo * (*Cynara cardunculus* L.) e a água potável.**

*- propõe-se a instalação de pequenas áreas de cardo para o fabrico do queijo

2. Gestão do Pastoreio

Requer apoio técnico com vista a estimar o encabeçamento adequado à área e ao estado vegetativo das pastagens.

Apesar do valor referido (1,4 CN / ha) dever ser entendido como um mero indicador, parece-nos um valor alto, pelo que, se recomenda uma análise mais aprofundada na fase de implementação do projeto - elaboração de plano de gestão de pastoreio e fertilização / correção do solo, com cadernos de campo e encabeçamentos mínimos e máximos

Algumas das propostas apresentadas anteriormente só serão exequíveis se analisadas a uma escala municipal e / ou intermunicipal

A4. Intervenção em Áreas Agrícolas

O conteúdo do documento parece-nos incipiente no que respeita à identificação dos modelos de agricultura e às intervenções adequadas aos objetivos dos modelos de agricultura preconizados, pelo que, **se recomenda que na fase de projeto / implementação do plano se tenha em consideração aspetos como:**

- Preparação do terreno;
- Correções orgânicas e calcária;

- Fertilizações de fundo;
- Compassos de plantação;
- Variedades;
- Sistema de Condução;
- Métodos de Produção;
- Modelos de Agricultura;
- Sistema de rega;

Neste capítulo, recomenda-se ainda o aprofundamento das seguintes atividades (para além dos que já foi citado em capítulos anteriores):

1.Olival

Trata-se de uma cultura com tradição no território, uma marca identitária do mesmo, capaz de produzir um produto de qualidade, pelo que é fundamental valorizar e renovar os pomares existentes, por um lado, e aumentar a área com novos pomares, por outro.

Encontra-se perfeitamente adaptada às condições edafo-climáticas predominantes, para além de ser resiliente aos incêndios rurais (constituição de mosaicos de gestão combustível) e às alterações climáticas.

É das poucas culturas permanentes no território que os proprietários ainda fazem a sua manutenção e exploração.

É ainda das poucas atividades que dispõe de **Unidades de Transformação dentro da área da OIGP e que servem produtores de diversas Aldeias (Lagar de Azeite Cooperativo na Aldeia de Maria Gomes e Lagar de Azeite Associativo da Aldeia de Trinhão).**

Tendo em conta o modelo a adotar - olival tradicional ou pouco intensivo – recomenda-se que se reanalise a densidade de plantas prevista (400 plantas / ha) que nos parece um pouco alta.

Apesar de reconhecer que é difícil aos *olivais tradicionais ou pouco intensivos* competirem com os olivais intensivos e superintensivos, as suas potencialidades para a produção de azeite devem centrar-se na *produção de azeites de qualidades específicas, destinadas a nichos de mercado que têm a possibilidade de valorizar a qualidade e a especificidade do produto.*

Estes olivais representam um património cultural ímpar construído pelo Homem. A paisagem assim formada e a biodiversidade que lhe está associada são uma grande riqueza ambiental e cultural, constituindo um importante património genético.

Realçar ainda a multifuncionalidade do olival tradicional que, a par da produção de azeitona, produzem outros bens e serviços que devemos saber valorizar. Estes bens e serviços dos ecossistemas são simultaneamente benéficos para a produção agrícola (formação do solo, fotossíntese, renovação dos nutrientes), para o ambiente, por regularizarem os ciclos do ecossistema (sequestro do carbono e ciclo da água) e para a sociedade em geral, por prestarem serviços culturais associados ao lazer e ao recreio **(turismo – OLIVOTURISMO).**

1. *Numa fase posterior deverão definir-se as variedades regionais mais bem adaptadas às condições edafoclimáticas predominantes.*

Nestas variedades poderá estar parte do futuro da olivicultura portuguesa quando se agudizarem os efeitos das alterações climáticas. Os azeites extraídos dos olivais com estas variedades e com

densidades mais baixas, sendo extraordinariamente complexos e harmoniosos , são muito valorizados pelos consumidores.

Finalmente, recomenda-se um trabalho de valorização e promoção do azeite produzido no território

.

2. Pomares

Recomenda-se uma aposta forte na produção de maçãs de montanha , com um conjunto de qualidades organoléticas excecionais (são mais doces, rijas e sumarentas), com grande aceitação no mercado regional e nacional , pelo que, na fase de projeto deverá ser equacionada uma área afeta a pomóideias – macieiras de variedades regionais (*), adaptadas às condições edafo-climáticas .

(*) – Importa avaliar a importância atual de várias variedades regionais (algumas das quais têm sido estudadas pelos serviços do Ministério da Agricultura – Estação Agrária de Viseu - , pela Academia , por viveiristas e agricultores) nomeadamente as características / qualidades organoléticas que permitam ter potencial nos mercados locais, regionais e nacionais e, assim , contribuir para o aumento do rendimento dos agricultores, nomeadamente dos pequenos agricultores (agricultura familiar).

Um dos grandes objetivos do presente projeto deverá ser a preservação e a valorização de um conjunto de variedades regionais, contribuindo também para uma gestão mais sustentável dos recursos e para a valorização da paisagem.

Importa criar uma fileira dedicada a produtos provenientes de espécies e variedades regionais, apostando no reforço da diferenciação, pela qualidade e tipicidade, dos produtos colocados nos mercados

Algumas destas variedades já são certificadas (DOP; IG) , outras têm enorme potencial para vir a ser certificadas, constituindo também uma forma de diversificar a oferta nos mercados.

Apesar de ser ainda um processo lento, tem-se verificado uma evolução positiva do consumidor português disponível para valorizar estes produtos, pagando mais sobre o preço médio praticado para outros produtos não tradicionais e produzidos pelo denominado método convencional

3. Culturas Tradicionais

Deverá propor-se a recuperação de um conjunto de culturas tradicionais (espécies e variedades regionais) que se foram perdendo ao longo dos últimos anos e que pelo facto de estarem adaptadas à região , podem ter um papel fundamental na paisagem.

Para a tornar atrativas e rentáveis é fundamental incorporar valor, criando novos produtos que possam ser valorizados no mercado (exemplos: leguminosas; cereais)

Em resumo , A PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO GENÉTICO VEGETAL deve constituir-se como mais um objetivo da OIGP da Travessa

4. Conservação do Solo – propõe-se o reforço de ações de cobertura do solo / enrelvamento das entrelinhas de plantação / culturas permanentes , contribuindo para o controlo da erosão e aumento de infiltração da água, aumento do teor de matéria orgânica e do carbono no solo => Melhoria da fertilidade do solo

A maioria das propostas apresentadas anteriormente só serão exequíveis se analisadas a uma escala municipal e / ou supramunicipal

B. Investimento e Financiamento

B.1.Ações de Reconversão e Valorização da Paisagem

B.2.Quadro do Investimento estimado em ações de reconversão e valorização da paisagem

B.3.Quadro síntese do investimento global estimado para a reconversão e valorização da paisagem

Os valores considerados cumprem as Orientações Técnicas estabelecidas na legislação em vigor.

No entanto, importa refletir sobre os seguintes aspetos :

- Os valores unitários de investimentos para as diversas ações são normalmente inferiores aos valores de mercado;
- A existência de um valor máximo de 2.500 € de financiamento público global para todas as ações

Estas duas premissas terão como consequência no que respeita ao valor total de investimento :

- Não cobertura de todas as despesas previstas nas várias operações da OIGP como, aliás, é assumido na pág. 110 do documento , podendo-se traduzir numa redução da taxa de sucesso de alguns investimentos, nomeadamente no que respeita a plantações (corresponde a 70 % do investimento total)
- Não contemplar um conjunto de ações / investimentos considerados essenciais para o sucesso da OIGP como um projeto estruturante para o território , que foram referidos ao longo do presente parecer.

Como não será possível alterar os valores máximos de financiamento para a OIGP , recomenda-se que futuramente se avalie outras possibilidades de financiamento (*) ,algumas já elencadas pela equipa técnica responsável pela elaboração do documento técnico da OIGP, que permita viabilizar esse conjunto de projetos / ações ou cobrir eventual deficit que muito provavelmente acontecerá.

(*)

PROGRAMA REGIONAL NORTE 2030 (inclui Contratualização CIMs)

PEPAC 2030

FUNDO AMBIENTAL

PROVERE

LIFE

ADL

TURISMO DE PORTUGAL

SUSTENTÁVEL 2030 - AÇÃO CLIMÁTICA E SUSTENTABILIDADE

B.4. Remuneração dos Serviços de Ecossistemas

B.4.1. Sistemas culturais elegíveis

B.4.2. Quadro dos montantes globais estimados

Os valores considerados cumprem o disposto nos termos do Anexo 1 da *Orientação Técnica “Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas*

Esta medida de política, operacionalizada através de um conjunto articulado de intervenções – Operação Integrada de Gestão de Paisagem (OIGP) –, visando a reconversão e gestão de territórios florestais e agrícolas, para além de preconizar apoios às ações de investimento, prevê, de forma complementar, ***apoios à gestão e manutenção e à remuneração dos serviços dos ecossistemas***.

Estes apoios, sob a forma de uma remuneração-base, serão disponibilizados em função do sistema cultural associado à transformação realizada e à dimensão da área gerida, sendo privilegiada uma gestão agregada, e os apoios majorados em função do seu contributo para a resiliência ao fogo e, por essa via, para aumentar as condições de prestação de serviços dos ecossistemas relacionados com o aumento da biodiversidade, com a proteção da água e do solo e com o contributo para o sequestro de carbono, **de forma a assegurar aos produtores florestais e agrícolas rentabilidades previsíveis e estáveis a médio prazo – 20 anos**

BENEFICIÁRIOS

1. *A Entidade Gestora de OIGP é responsável pela submissão das candidaturas aos apoios.*

2. Têm direito aos apoios a entidade gestora, enquanto responsável pela gestão e manutenção global da OIGP aprovada, e os proprietários e demais titulares de direitos reais, detentores de prédios rústicos na área da OIGP aprovada, que adiram à OIGP.

3. Os montantes a receber serão definidos nos termos contratuais a estabelecer entre a Entidade Gestora da OIGP e os proprietários, variando conforme as modalidades de adesão previstas n.º 1 do artigo 24.º-A do Decreto-lei n.º 28.º-A/2020, de 26 de junho, na sua redação atual.

Recomenda-se que se esclareça a fórmula de cálculo / critérios estabelecidos com vista à definição da respetiva repartição das receitas entre proprietários e entidade gestora (FLORESTGAL)

Sustentabilidade da proposta

A proposta dá resposta no essencial ao solicitado em matéria de resiliência aos fogos rurais , prestação de serviços e ecossistemas e dinamização da economia rural, sendo certo que esta última obriga a um conjunto de políticas públicas que extravasam os objetivos estritos de uma OIGP e a sua área territorial, que incentivem ao rejuvenescimento dos ativos agrícolas, que apoiem o investimento público e privado, que permita fixar população e empresas capazes de fazer a mudança no território.

O documento na pág. 119 refere que

“ A capacidade de fornecimento de serviços de ecossistema traduz-se numa melhoria potencial das condições económicas e financeiras para os proprietários e gestores da OIGP, quer por via da remuneração pelo mercado (atividade económica “tradicional” e novos negócios, de que é exemplo o mercado do carbono), quer por via do apoio público ao fornecimento de bens públicos proporcionados por estes serviços de ecossistemas, associados designadamente ao sequestro de carbono, à proteção

do solo, proteção e conservação dos recursos hídricos, manutenção de habitats e conservação da paisagem e da biodiversidade “

Tal como o referido anteriormente , importa esclarecer como será feita a respetiva repartição das receitas entre proprietários e entidade gestora (FLORESTGAL)

C. Gestão e Contratualização

C.1. Carta da situação cadastral e de adesão dos proprietários

Tal como já foi dito importa aumentar o número de parcelas com representação gráfica georreferenciada (RGG) através do BUPI, criando condições para aumentar a adesão dos proprietários e, assim, cumprir no mínimo os 50 % de área da OIGP aderente

C.2. Modelo de Gestão e Contratualização

Modelo de acesso e execução dos financiamentos

Apoios para a gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas :

Os valores considerados cumprem o disposto nos termos do Anexo 1 da *Orientação Técnica “Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas” – Montante Anual dos Apoios*

Modelo de contratualização de compromissos

Não está perfeitamente estabelecido o Modo de Contratualização da EG com os proprietários.

Para além do Formulário de Declaração de Compromisso Prévio importa que se conheça a minuta do Contrato de Adesão entre a EG e o proprietário, nos termos dos artigos 24.º , 24º - A do Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem e outros pontos específicos que se entenda contemplar de acordo com ambas as partes.

Questões que deverão ser acauteladas, nomeadamente na Modalidade de Adesão – Proprietários aderentes com transmissão do direito de gestão à EG – relação entre proprietários e entidade gestora

- Legitimidade da exploração das parcelas – Contrato de Arrendamento (minuta nos termos da legislação em vigor) / Renda Anual ;
- Receitas relativas à remuneração dos serviços de ecossistemas
- Receitas => receitas exploração (venda de produtos) + subsídios à exploração
- Receitas de financiamento ao investimento
- Despesas Investimento
- Custos de Exploração
- Ocupação Cultural proposta
- Pagamento de Compensações por perda de receita aos proprietários (*)

(*) - Apenas previsto para reconversão de eucaliptais – “Quando os investimentos resultarem da reconversão de eucaliptais, em áreas estratégicas de mosaicos de gestão de combustível da Estrutura da Paisagem, através da sua substituição por povoamentos de folhosas autóctones ou culturas agrícolas permanentes, será concedido um apoio unitário no valor de 800€/ha. O referido apoio será pago de uma única vez, no ano 1, referente ao início do pagamento dos apoios à manutenção e gestão e que deve constar no quadro dos serviços de ecossistemas” - Orientação Técnica “Apoios à gestão, manutenção e remuneração dos serviços de ecossistemas” – Montante Anual dos Apoios

Importa esclarecer se há direito a compensação para outras situações de reconversão que impliquem perda de rendimento.

Quadro síntese com identificação dos proprietários, respetivos prédios e modalidades de contratos

Não se encontra disponível no documento.

D. Monitorização e Avaliação

Recomenda-se que o documento apresente uma proposta de :

1. Constituição de uma Comissão de Acompanhamento (intervenientes* e respetivas funções)

** Entidades Administração Central; Entidades Administração Local; Agentes Locais (Proprietários e Produtores Agrícolas e Florestais representados por várias Associações) .*

que terá como principal função a monitorização e avaliação de resultados.

2. Modelo de Governança

O modelo de governança deve assentar fundamentalmente em :

- a) Estruturas de decisão no terreno com liderança local forte – Município de Pampilhosa da Serra em parceria com as Juntas de Freguesia ;
- b) Estrutura Técnica de Gestão / Entidade Gestora – FLORESTGAL – que tem como principais funções executar o Programa de Intervenção e mobilizar os agentes locais ;
- c) Envolvimento de um conjunto de *stakeholders* (parceiros públicos e privados) com capacidade de mudança, numa lógica de ações partilhadas entre os vários parceiros ;
- d) Transparência e comunicação das decisões, de modo a criar uma **relação de confiança entre os vários atores**;
- e) Clarificação do papel de cada interveniente no processo de decisão e das suas atribuições;
- f) Eficácia nas decisões tomadas;
- g) **Participação ativa e proactiva dos principais atores neste processo – PROPRIETÁRIOS / /Produtores Agrícolas e Florestais** - quer de forma individual ou em grupos organizados como é o caso da **ARDASERRA – Associação de Proprietários da AIGP da Travessa** - e de **outras Associações / Organizações de Produtores** e eventuais **outros parceiros com intervenção direta no âmbito da AIGP / OIGP da Travessa.**

Será esta participação ativa que permitirá uma grande adesão dos proprietários e produtores ao projeto, baseada numa co-responsabilização e no estabelecimento de compromissos.

A participação da sociedade civil e, particularmente dos proprietários e produtores , será indiscutivelmente o grande fator de sucesso para a concretização das soluções propostas na OIGP

A **Capacitação** é fundamental para dar corpo a este movimento de transformação.

Neste sentido, **recomenda-se estabelecer Programas de Capacitação / Formação / Informação** procurando replicar outros bons exemplos em contextos semelhantes, mas sempre com o grau de adequação que se impõe às especificidades do território.

Nota final: Esta Análise Técnica foi solicitada pela ARDASERRA – Associação de Proprietários da AIGP da Travessa e consubstancia um conjunto de sugestões, baseadas no conhecimento das características do território e das suas potencialidades, tendo em vista a sua valorização e desenvolvimento sustentável. Para isso, devem ser criadas sinergias, com participação ativa e proativa, das comunidades de cidadãos das aldeias que integram esta AIGP (indo de encontro aos objetivos previstos no Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem), procurando ao mesmo tempo aplicar o conhecimento científico e desenvolver atividades de valor acrescentado, geradoras de rendimento e que promovam a fixação de população ativa no território.

15/01/2024

A DIREÇÃO DA ARdaSERRA